

Gatt quer maior liberalização

O Brasil está literalmente de *caixa baixa*, quando se pensa em diminuir o fechamento de sua economia e dar boas-vindas de verdade aos produtos estrangeiros, com tarifas menores. Mas lá fora não se está ligando muito para essa dificuldade. Nas negociações que se desenrolam hoje no principal organismo do comércio mundial, o Gatt — Acordo Geral de Tarifas e Comércio —, o governo brasileiro recebeu dos Estados Unidos uma proposta mais do que liberalizante: taxação máxima de 25%, fim dos programas e guias de importação e eliminação da lista com produtos proibidos.

A posição norte-americana é isolada nessas conversações, que discutem também outros pontos, como a propriedade intelectual, dentro de uma etapa chamada de *Rodada Uruguai*. Ao contrário da maioria dos outros países, os EUA querem negociar caso a caso — vantajoso para ele na condição de poderoso parceiro comercial. A proposta alternativa é uma fórmula aplicada sobre a tarifa-base de setembro de 1986, quando começaram as negociações. Para o Brasil é vantagem: na época, suas taxas eram mais elevadas que hoje e a fórmula teria um efeito menor para o país, aplicada sobre patamares que não existem mais.

EUA — Os Estados Unidos também querem que o Brasil promova a retirada não só das barreiras tarifárias e não-tarfárias (o controle mais rígido da Cacex sobre importações), mas também consolide toda a lista de tarifas

aduaneiras. Significa dizer que, depois de reduzidas as alíquotas, o país se comprometeria junto ao Gatt a não promover mais alterações. Hoje, dos quase 13 mil itens que fazem parte da lista brasileira, apenas 600 estão consolidados.

Mas o caso do Gatt é um dos poucos problemas que o atual governo não poderá deixar para o próximo. Na quarta-feira, dia 31, haverá uma reunião do grupo negociador de tarifas para concluir sobre qual a modalidade de negociação sobre a redução será adotada. No dia 28 de fevereiro, os negociadores brasileiros terão de apresentar um plano negociador, com as propostas do país dentro da modalidade escolhida.

Setor privado — Como a abertura da economia brasileira mexe com a política industrial, o setor privado está participando mais decisivamente desses últimos trabalhos, via Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o governo pediu uma lista de produtos em que o Brasil possa oferecer redução de tarifas e/ou consolidação. Além disso, os negociadores brasileiros querem uma relação com pleitos sobre redução de alíquotas por parte de países desenvolvidos, e por onde iriam os pedidos de remoção de barreiras não-tarfárias. Finalmente, uma avaliação minuciosa da proposta norte-americana. Restam cerca de 30 dias para se concluir tudo — uma corrida contra o tempo e para evitar uma abertura precipitada onde a economia ainda está mais protegida.